



METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.

CNPJ/MF nº 80.227.184/0001-66

NIRE 41300051712

Companhia Aberta

ÍNDICE

Página

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

<u>Assembleia Geral Ordinária</u>	02-03
1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;	
2. Proposta de Remuneração dos Administradores;	
3. Destinação do resultado líquido do exercício.	
Anexo I	
Comentários dos Diretores (conforme item 10 do Anexo 24 da ICVM 480/09) ..	04-13
Anexo II	
Informações sobre a remuneração dos Administradores (conforme Item 13 do Anexo 24 da ICVM nº 480/09)	14-17
Anexo III	
Informações indicadas no Anexo 9-1-II da ICVM 481/09	18-21

O Conselho de Administração da Metalgráfica Iguaçu S.A. torna público aos seus acionistas as seguintes propostas, que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2018, às 14:00 horas na sede social da Companhia à Rua Minas Gerais, 1214 – Ponta Grossa - PR:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A administração da Companhia propõe que os senhores acionistas apreciem e aprovelem as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração conforme aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 26 de março de 2018, assim como aprovelem as contas dos administradores e tomem conhecimento do relatório de opinião dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Atendendo exigência da Instrução CVM nº 481/09, Artigo 9º, estamos disponibilizando no Anexo I deste documento, o Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

2. Remuneração dos Administradores

Propor, para o exercício de 2018 o montante global de até R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais) para a remuneração dos administradores da Companhia, sujeita à aprovação de nossos acionistas em Assembleia Geral. Deste montante será destinado à remuneração do Conselho de Administração o valor de até R\$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) e para a Diretoria Executiva o valor de até R\$3.550.000,00 (três milhões e quinhentos e cinquenta mil reais).

Para o exercício de 2017, foi aprovada pela Assembleia Geral o valor de R\$4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), sendo que o valor efetivamente utilizado foi de R\$3.777.780,34 (três milhões, setecentos e setenta e sete mil, setecentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos).

Em atendimento ao disposto no Artigo 12, Inciso II da Instrução CVM nº 481/09, disponibilizamos aos Acionistas no anexo II deste documento, as informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência.

3. Proposta de Destinação do Lucro Líquido (de acordo com o capítulo II, §1º do Artigo 9º da Instrução CVM Nº 481/09)

A Administração da Companhia propõe que o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de



METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.

R\$97.512,43 (noventa e sete mil, quinhentos e doze reais e quarenta e três centavos) seja destinado para compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme disposto no Artigo 189 – Parágrafo Único da Lei 6.404/76.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09, constam do Anexo III deste documento.

Os demais documentos e formulários exigidos no Artigo 9º da Instrução CVM 481/09 estão disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.metaliquacu.com.br).

Ponta Grossa, 29 de março de 2018.

Atenciosamente
Lilian de Payrebrune St. Sève Marins
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

Nos termos do disposto no Artigo 9º, Inciso III, da Instrução CVM 481/09, apresentamos abaixo os comentários dos nossos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**10.1 – Os diretores devem comentar sobre:****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:****2017**

O mercado de alimentos em lata comportou-se de maneira atípica durante o exercício de 2017. No segmento de atomatados, principal item de nossa linha de produtos, houve uma alteração da legislação da Anvisa que tratava da manutenção de estoques em quarentena. Isto posto, a adequação dos estoques dos clientes às novas disposições, levou a uma redução dos estoques e conseqüente menor aquisição de embalagens. No segmento de vegetais enlatados, houve principalmente forte alta do preço do milho e conseqüentemente menor demanda por parte dos consumidores, já bastante afetados pela crise econômica iniciada em 2016 que se prolongou por praticamente todo o exercício de 2017. No segmento de pêssegos em calda, as fortes chuvas na principal região produtora, levaram a uma produção baixa de frutos com qualidade. Todos os fatores somados, levaram a uma redução de praticamente 20% na quantidade de latas produzidas pela Companhia.

Apesar do mercado adverso, a Companhia logrou elevar o preço médio de seus produtos, principalmente através de um melhor mix de vendas e priorização dos produtos com melhores margens, haja vista a elevação de 96% do lucro bruto de 2017 comparativamente ao exercício anterior.

A Companhia reconheceu despesas não recorrentes relativas ao Programa de Regularização Tributária, Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e Contribuição Social sobre Lucro Líquido diferidos e honorários advocatícios. O EBITDA da Companhia ajustado por estes eventos e deduzido do resultado da venda do imóvel, resultou em R\$5.449.212,92.

2016

Apesar da queda da atividade industrial no País, a Companhia logrou aumentar suas vendas na linha de alimentos em 7,08% e na linha de frutas em calda em 36,38%. Na quantidade total de unidades vendidas, totalizou um aumento de 5,16% e de 22,53% na receita líquida do exercício.

A melhor administração de rotas e aperfeiçoamento das operações “Just in Time”, resultaram num aumento dos custos de fretes por unidade de 2,61%, frente à inflação de 6,58% segundo o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

A produtividade, medida pela quantidade de horas necessárias para produção de uma unidade, aumentou 11,89%.

Através de um melhor mix de vendas e reajustes de preços, houve um aumento de 15,88% nos preços médios e uma redução de 2,07 dias no prazo médio de vendas.

A Companhia concluiu no último quadrimestre do exercício os investimentos necessários à plena produção da lata Abre-Fácil, o que proporcionará economia de custos sobre a manufatura dos fundos.

Ainda em 2016, disponibilizamos para venda o imóvel constante na matrícula nº 33552, situado em Ponta Grossa – PR.

A Companhia vem ainda empreendendo esforços significativos na adequação dos seus custos operacionais e alavancagem de vendas e margens, culminado em

orçamento com perspectivas de lucros. Os esforços estão concentrados nas seguintes linhas de atuação:

- ✓ Aumento do nível de receitas – A Administração está concentrando seus esforços na ampliação do volume de latas pedidas por seus principais clientes, o que reduz custos relacionados aos setups industriais, como também, encontra-se em andamento o desenvolvimento de novos clientes, tendo em vista a excelência comprovada de seus produtos no mercado. Tal iniciativa já teve como contrapartida um aumento do nível de faturamento com relação ao exercício anterior em 22,53%.
- ✓ Readequação dos custos operacionais – A Administração fez e vem fazendo esforço singular na adequação dos custos operacionais ao nível da receita auferida. Neste sentido a logística visou especialmente a otimização das rotas de entregas com vista à economia em fretes, como pode ser verificado na comparação das despesas com vendas.
- ✓ No último quadrimestre de 2016, os fundos para as embalagens do projeto Abre-Fácil, foram em sua totalidade produzidos pela nossa fábrica. O impacto sobre o resultado ainda foi parcial, uma vez que a safra de tomates estava terminando. A engenharia permanece desenvolvendo juntamente com seus clientes, materiais alternativos às especificações atualmente utilizadas, buscando economias.
- ✓ Utilização de incentivos fiscais – A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao ICMS, segundo o Programa Produzir, em Goiás, no limite total de R\$79.943.788,93, até 31/12/2040. É beneficiária igualmente de incentivos relativos ao ICMS no Estado do Paraná, relativamente às compras de folhas de flandres adquiridas diretamente das usinas siderúrgicas produtoras, nacionais e estrangeiras.

2015

A Companhia obteve um crescimento de sua receita bruta na ordem de 125% no período de 2012 a 2015, e de 43% no exercício de 2015.

O comportamento do mercado nos diversos segmentos em que a Companhia atua, pode ser assim resumido:

- i) Vegetais, atomatados, lácteos, café e rações: apresentou uma queda de 11,5%;
- ii) Frutas em calda: apresentou uma queda de 11%, principalmente devido ao volume excepcional de chuvas nas principais regiões produtoras de pêssegos.

Durante o exercício, a Companhia empreendeu grande esforço com vistas à implementação do projeto de fabricação, sob licença e exclusividade, da lata patenteada mundialmente conhecida como Abre-Fácil. Destinada principalmente ao mercado de atomatados, é a embalagem líder deste segmento. Esta operação envolveu a transferência para a unidade de Goiânia dos equipamentos específicos para sua fabricação; a reforma e manutenção geral das linhas de produção; investimentos em obras civis; contratação e treinamento de mão de obra; aquisição de material de embalagem e secundários, peças de reposição, além dos custos de certificação e licenças de operação.

Encerramos o exercício contando com 334 (trezentos e trinta e quatro) colaboradores em nosso quadro de pessoal.

Demonstramos a seguir os principais indicadores relativos ao exercício de 2015 comparativamente ao exercício de 2014:

Preço médio de Vendas: + 18,44%

Prazo médio de Vendas: - 13,6 dias

Folha de Pagamento / Faturamento: - 3,42%

Geração de Sucata: - 22%

Área Bruta de aço vendida: + 22,63%

Participação de mercado: + 8,28%

A Administração da Companhia vem dando continuidade ao plano de investimentos implementado após a perda do mercado de latas para óleo comestível (hoje integralmente em embalagens plásticas PET) visando aprimorar sua performance operacional e a consequente recuperação das margens de lucratividade praticadas.

Em dezembro de 2015 foi alienado o imóvel denominado Estacionamento cuja disponibilização para venda foi autorizada pelo Conselho de Administração em RCA de 29 de agosto de 2014. Em RCA de 16 de dezembro de 2015 ficou autorizada a disponibilização para venda dos imóveis denominados Escritório Administrativo e Estacionamento das Bicicletas, ambos localizados na cidade de Ponta Grossa (PR), dentro do programa de readequação da planta com vistas à economia de custos.

A Companhia vem ainda empreendendo esforços significativos na adequação dos seus custos operacionais e alavancagem de vendas e margens, culminado em orçamento com perspectivas de lucros. Os esforços estão concentrados nas seguintes linhas de atuação:

- ✓ Aumento do nível de receitas - A Administração está concentrando seus esforços na ampliação do volume de latas pedidas por seus principais clientes, o que reduz custos relacionados aos setups industriais, como também, encontra-se em andamento o desenvolvimento de novos clientes, tendo em vista a excelência comprovada de seus produtos no mercado. Tal iniciativa já teve como contrapartida um aumento do nível de faturamento com relação ao exercício anterior em 43%. Durante o exercício, em função das chuvas torrenciais verificadas na região sul do País, houve a quebra da safra de frutas, ocasionando uma redução de aproximadamente 66% das latas destinadas a embalar pêssegos, principalmente, com a consequente frustração de parcela importante da receita do quarto trimestre. Espera-se que não haja este tipo de influência em 2016, pois que, totalmente imponderável. Em função da retomada da economia argentina e da desvalorização do Real, é razoável trabalharmos com a possibilidade de retomada das exportações de latas para aquele País, interrompidas desde 2011. A Administração prevê que a receita com exportações possa representar até 10% da receita bruta da Companhia em 2016.
- ✓ Readequação dos custos operacionais – A Administração fez e vem fazendo esforço singular na adequação dos custos operacionais ao nível da receita auferida. Neste sentido a logística visou especialmente a otimização das rotas de entregas com vista à economia em fretes, como pode ser verificado na comparação das despesas com vendas. Percentualmente, em relação à receita líquida, houve uma redução de 3,53% na comparação de 2015 sobre 2014. Em função do arrefecimento da economia global e maior disponibilidade de matérias-primas, verificou-se uma queda dos preços da folha de flandres. A Companhia implementará em 2016 contrato de fornecimento desta matéria-prima junto às siderúrgicas estrangeiras, onde estima-se que poderá capturar importante vantagem sobre sua principal rubrica de custos. Igualmente, daremos início à segunda parte do projeto Abre-Fácil, com a fabricação dos fundos para estas latas, com redução de aproximadamente 30% nos custos deste item. A engenharia permanece desenvolvendo juntamente com seus clientes, materiais alternativos às especificações atualmente utilizadas, buscando economias.

- ✓ Utilização de incentivos fiscais – A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao ICMS, segundo o Programa Produzir, em Goiás, no limite total de R\$79.943.788,93, até 31/12/2040. É beneficiária igualmente de incentivos relativos ao ICMS no Estado do Paraná, relativamente às compras de folhas de flandres adquiridas diretamente das usinas siderúrgicas produtoras, nacionais e estrangeiras.
- ✓ Captação de novos negócios e clientes – Como a assinatura em 2014, de contrato com a Metalgráfica Rojek Ltda, para produzir com exclusividade as embalagens Abre-Fácil.
Espera-se ampliar substancialmente a receita proveniente de serviço de corte, litografia e estampagem para terceiros.
- ✓ Contrato com o principal cliente das embalagens Abre-Fácil - Durante o primeiro trimestre de 2015 a Companhia concentrou seus esforços na mudança e instalação das linhas para produção de embalagens Abre-Fácil, objeto do contrato de arrendamento e fabricação sob licença exclusiva com a empresa detentora desta patente. Foram dispendidos vultuosos recursos financeiros na reforma das linhas, ampliação de instalações industriais, formação de estoques de peças de reposição e materiais secundários, e além dos recursos humanos e horas de engenharia.
A partir de abril, iniciou-se a produção em larga escala de latas para embalar alimentos derivados de tomate, cuja safra estende-se até outubro. Importa ressaltar, que para o exercício de 2016 não haverá a incidência destas despesas não recorrentes.

A seguir, apresentamos os Indicadores financeiros dos três últimos exercícios:

	2017	2016	2015
Liquidez Corrente	0,92	0,70	0,62
Liquidez Geral	1,10	1,09	0,76

b) Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

Para a diretoria, a estrutura de capital atende as necessidades da Companhia.

Estrutura de Capital	2017	2016	2015
Capital de Terceiros:	72,95%	73,94%	90,07%
Capital Próprio:	27,05%	26,06%	9,92%

Na estrutura de capital demonstrada, Capital Próprio é o Patrimônio Líquido da Companhia, conforme apresentado nas demonstrações contábeis.

i. Hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há fórmula de cálculo do valor de resgate.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A diretoria considera que, confirmadas as projeções de vendas e receita, a Companhia disporá de recursos e geração de caixa suficientes para atender a todos os compromissos de curto, médio e longo prazo.

As fontes de recursos para atendimento dos compromissos de curto, médio e longo prazo, serão originadas de:

a.1) Aumento do nível de receitas

A Administração está concentrando seus esforços na ampliação do volume de latas pedidas por seus principais clientes e elevação do preço médio de seus produtos.

a.2) Readequação dos custos operacionais

A Administração vem fazendo esforço singular na adequação dos custos operacionais ao nível da receita auferida. Principais medidas:

- renegociados os custos de fretes
- concluída a assinatura de contrato de venda de energia elétrica no mercado livre
- acordado com o sindicato dos trabalhadores a criação de banco de horas, com a eliminação de horas extras
- aperfeiçoamentos nas especificações das matérias primas com a utilização de matérias primas de menor custo

a.3) Incentivos fiscais do Programa Produzir

A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao ICMS, segundo o Programa Produzir, em Goiás, no limite total de R\$79.943.788,93, até 31/12/2040. É beneficiária igualmente de incentivos relativos ao ICMS no Estado do Paraná, relativamente às compras de folhas de flandres adquiridas diretamente das usinas siderúrgicas produtoras, nacionais e estrangeiras.

a.4) Em 2017 foi efetivada a venda de 80% do imóvel constante da matrícula nº 33552 à Controladora, gerando um resultado líquido de R\$20.646.547,16. A transação foi realizada a valor de mercado conforme avaliação elaborada pela empresa ENGEBANC Engenharia e Serviços Ltda.

a.5) Em março de 2017 ocorreu a votação pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema de repercussão geral quanto a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, ocasião em que os Ministros decidiram favoravelmente aos contribuintes, no sentido de que efetivamente há que se excluir o imposto estadual da base de cálculo das contribuições federais. Em 02/10/2017 foi publicado o acórdão. Seguindo orientação de nossos assessores jurídicos, aguardamos o trânsito em julgado da decisão e a modulação dos seus efeitos para absorver os créditos, mediante futuros pagamentos de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. A Companhia ainda não reconheceu nos resultados apresentados o êxito decorrente do Mandado de Segurança protocolado em 2004, que gera um crédito estimado, até março de 2017, de R\$22.000.000,00 em valores atualizados pela SELIC.

a.6) Por meio da Medida Provisória n.º 783 e sua regulamentação pela Instrução Normativa n.º 1.711 de 16/06/2017 foi instituído um programa de parcelamento pela Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária. Através deste programa, houve redução de juros, multas e encargos nas adesões aos parcelamentos e optamos

pela quitação dos saldos utilizando Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa, tendo sido utilizado R\$12.497.988,96 do ativo fiscal diferido em 2017, em função disto, o resultado de 2017 foi impactado em R\$3.089.623,89 pelo reconhecimento de processos que estavam em andamento junto aos referidos órgãos, cuja desistência fez-se necessária como regra geral.

Os parcelamentos junto à PGFN e RFB foram liquidados em sua totalidade.

a.7) Através da Ação Cautelar 92.10342-1, obtivemos êxito na manutenção da alíquota do IPI em 4%. Desta feita reconhecemos no resultado de 2017 o valor de R\$2.520.000,00 a título de honorários advocatícios.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A Companhia contratou financiamentos para capital de giro, junto a instituições financeiras, que estão atendendo suas necessidades, a seguir demonstrados:

Vencimento	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	R\$	USD	R\$	USD	R\$	USD
Com Repasse de Recursos Externos						
2015	-	-	-	-	-	-
2016	-	-	-	-	528.649,90	184.393,40
	-	-	-	-	528.649,90	184.393,40
Com Repasse de Recursos Internos						
2016	-	-	-	-	15.993.129,28	-
2017	-	-	23.739.558,74	-	5.194.723,33	-
2018	17.262.702,54	-	2.150.598,29	-	5.093.019,05	-
2019	7.067.332,36	-	593.112,73	-	3.616.742,43	-
2020	3.623.933,07	-	-	-	-	-
2021	466.196,72	-	-	-	-	-
2022	53.274,45	-	-	-	-	-
	28.473.439,14	-	26.483.269,76	-	29.897.614,09	-
Total	28.473.439,14	-	26.483.269,76	-	30.426.263,99	184.393,40
Consolidado:						
Circulante:	17.262.702,54	-	23.739.558,74	-	16.521.779,18	184.393,40
Não Circulante:	11.210.736,60	-	2.743.711,02	-	13.904.484,81	-
	28.473.439,14	-	26.483.269,76	-	30.426.263,99	184.393,40

Para capital de giro, os financiamentos estão reconhecidos com saldos em reais, com percentuais de juros de 150% da taxa CDI; 0,73% a.m. mais 100% da taxa CDI; 1,19% a.m. e 1,90% a.m., conforme operação. Na modalidade de desconto de títulos, variam de 1,62% a 2,60% a.m..

Referidos empréstimos, tanto externos como internos, estão garantidos por avais e imóveis próprios e do controlador

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Administração acredita não haver necessidade de novos investimentos em Ativo Fixo pois entende que o parque fabril está adequado ao crescimento de vendas projetado.

Para cobrir eventuais deficiências de liquidez e visando otimizar sua estrutura de capital, a Companhia usualmente recorre às Instituições Financeiras. Além disso, já autorizada pelo Conselho de Administração, encontram-se bens destinados para venda, conforme destacado no ativo circulante.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

- i. Contratos de Empréstimo e financiamento relevantes ver item “10.1.d”
- ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas já elencadas no item “10.1.d”
- iii. Grau de subordinação entre as dívidas
Todos os empréstimos contratados estão garantidos por avais, equipamentos e imóveis.
- iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário
não existem restrições impostas à Companhia.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Nas linhas de crédito até aqui contratadas, os limites foram integralmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Contas da Demonstração do Resultado do Exercício (em milhares de reais)

	2017	2016	2015
Vendas Mercado Interno	159.466	174.143	142.907
Vendas Mercado Externo	0	0	0
Receita Operacional Bruta	159.466	174.143	142.907
Devoluções e Impostos	(28.481)	(30.859)	(25.970)
Receita Operacional Líquida	130.985	143.284	116.937
Custo dos Produtos Vendidos	(109.833)	(132.580)	(114.198)
Subvenções Governamentais	1.174	664	560
Lucro Operacional Bruto	22.326	11.368	3.299

Contas do Ativo e Passivo (em milhares de reais)

	2017	2016	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.955	290	1.096
Estoques	7.215	7.763	9.898
Imobilizado	16.481	17.212	23.750
Instituições Financeiras (Circulante/Não Circulante)	28.474	26.483	30.426
Créditos Tributários Diferidos (Não Circulante)	18.061	30.621	25.203

As variações ocorridas nos períodos comportaram-se dentro do contexto da realidade econômica/financeira da Companhia e do mercado em que insere.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia resulta essencialmente da produção e comercialização de embalagens metálicas para o mercado alimentício,

abrangendo o mercado de conservas (milho e ervilha), cárneos (salsicha, feijoada, patês), atomatados (molhos, extratos e purês), lácteos (creme de leite, leite condensado, doce de leite) e rações animais.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais foram substancialmente melhores, tendo a Margem Operacional Bruta se elevado de 7,93% em 2016 para 17,04% em 2017, através de uma melhora nos preços médios de venda e da redução dos custos de matérias primas.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Houve uma redução na receita líquida da ordem de 8,58%. A Companhia apresentou uma queda de 20% na quantidade de embalagens vendidas comparativamente ao exercício de 2016 e elevou os preços médios de venda em 12%, principalmente através de um melhor mix de vendas.

Não há efeito relevante causado pela variação das taxas de câmbio. A empresa não foi exportadora durante o ano de 2017.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Houve um aumento dos preços de sua principal matéria-prima, folha de flandres, de 10% a partir de 01/01/2017 e de 7,5% a partir de 01/12/2017. Este item representa aproximadamente 50% dos custos variáveis.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a) **Introdução ou alienação do segmento operacional:**
não ocorreram eventos relevantes
- b) **Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:**
não ocorreram eventos relevantes
- c) **Eventos ou operações não usuais:**
não ocorreram eventos relevantes

10.4 Os diretores devem comentar:

- a) **Mudanças significativas nas práticas contábeis:**
Não houveram mudanças nas práticas contábeis
- b) **Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**
Não ocorreram alterações nas práticas contábeis
- c) **Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**
Parecer dos auditores independentes emitido sem ressalvas e/ou ênfases.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração,

vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A Companhia entende serem pertinentes e prováveis as premissas de geração de resultados futuros positivos, segundo orçamento elaborado de longo prazo, suficientes à absorção dos créditos de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e de Imposto de Renda diferidos, reconhecidos nos exercícios de 2017 e passados.

10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente que não aparecem no seu balanço patrimonial (offbalance sheet items), tais como:**
 - i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv) Contratos de construção não terminada**
 - v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

- b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

10.7 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

- b) Natureza e o propósito da operação**

- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) Investimentos, incluindo:**
 - i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
Não há investimentos em andamento nem previstos.
 - ii) Fontes de financiamento dos investimentos**
Não há fontes de financiamento de investimentos.
 - iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2016, foi autorizada a venda dos bens do Ativo Imobilizado da Companhia, denominados Linha Bibra e Linha Corned Beef, ambos localizados em Ponta Grossa, as quais foram reclassificados para a rubrica de Bens Disponíveis para Venda no Ativo Circulante aos valores de seus custos residuais. Em

2017, foi realizada a venda de 80% do imóvel constante da matrícula n.º 33552 situado em Ponta Grossa.

- b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não houve aquisições

- c) Novos produtos e serviços, indicando:**

Não houve desenvolvimento de novos produtos ou serviços

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

- ii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

iii.

- iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não foram identificados outros fatos relevantes.

ANEXO II
Item 13 do Formulário de Referência

13 Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a) **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A política de remuneração objetiva oferecer aos diretores e aos membros do conselho de administração, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado.

A Companhia não possui um documento formalmente aprovado sobre a política de remuneração dos administradores.

- b) **Composição da remuneração, indicando:**

- i. **Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Pró-labore/Salário: correspondem à remuneração mensal e têm por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo.

Pró-labore – remuneração mensal dos diretores estatutários, sem vínculo empregatício.

Salário – remuneração mensal dos diretores vinculados ao regime celetista.

A existência desses dois formatos de remuneração se deve ao fato de que alguns membros da diretoria estão vinculados à Companhia mediante contrato de trabalho regido pela CLT.

- ii. **Em relação os 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Órgão	Pró-Labore			Salário		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Diretoria	52,41%	50,95%	54,76%	47,59%	49,05%	45,24%
Conselho de Administração	100,00%	100,00%	100,00%	-	-	-

- iii. **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.**

A remuneração da diretoria e do conselho de administração é reajustada mediante aplicação de percentual equivalente ao acordo coletivo de trabalho da categoria profissional.

- iv. **Razões que justificam a composição da remuneração.**

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades de cada cargo e práticas de mercado

- v. **A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não existem membros sem remuneração

- c) **Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.**

Cabe ao Conselho de Administração o rateio da remuneração e quaisquer outras verbas destinadas pela Assembleia Geral aos órgãos da administração.

- d) **Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.**
Não aplicável.
- e) **Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.**
Não aplicável.
- f) **Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**
Não aplicável.
- g) **Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**
Não aplicável.
- h) **Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**
- i. **Os órgãos e comitês do emissor que participem do processo decisório, identificando de que forma participam**
Não existem órgãos ou comitês do emissor que participem do processo decisório.
 - ii. **Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**
Utiliza-se eventualmente as informações publicadas em revistas especializadas e jornais
 - iii. **Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**
Não há frequência definida.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ANO	ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL PróLabore	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	BENEFÍCIOS/ OUTROS
2018	Diretoria	02	1.775.000,00	-	-
	Conselho de Administração	03	650.000,00	-	-
2017	Diretoria	02	1.641.744,00	-	-
	Conselho de Administração	03	645.480,00	-	-
2016	Diretoria	02	1.533.680,00	-	-
	Conselho de Administração	03	524.160,00	-	-
2015	Diretoria	02	915.266,72	-	-
	Conselho de Administração	03	309.553,68	-	-

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

NÃO SE APLICA.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

NÃO SE APLICA.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Ações detidas diretamente	4.749	3.648	8.397	4.748	3.735	8.483
Ações detidas indiretamente	47.994	62.202	110.196	24.004	31.111	55.115

13.10 Em relação aos planos de previdência privada em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

NÃO SE APLICA.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

ANO	ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de remuneração individual
2017	Diretoria Estatutária	02	820.872,00	820.872,00	820.872,00
	Conselho de Administração	03	215.160,00	215.160,00	215.160,00
2016	Diretoria Estatutária	02	854.200,00	679.480,00	766.840,00
	Conselho de Administração	03	174.720,00	174.720,00	174.720,00
2015	Diretoria Estatutária	02	509.225,64	406.041,08	457.633,36
	Conselho de Administração	03	103.184,56	103.184,56	103.184,56

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

NÃO APLICÁVEL.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2017	2016	2015
Conselho de Administração	66,66%	33,33%	33,33%
Diretoria Estatutária	100,00%	100,00%	100,00%

13.14 Em relação os 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há valores reconhecidos a serem relacionados

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há valores reconhecidos a serem relacionados.

13.16 Fornecer outras informações que emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes.

ANEXO III

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$97.512,43 (noventa e sete mil, quinhentos e doze reais e quarenta e três centavos)

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não houve valores de dividendos e juros sobre capital próprio declarados.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não houve distribuição do lucro apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 pois foi totalmente absorvido por prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme disposto no Artigo 189, Parágrafo Único, da Lei 6.404/76.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Não houve valores declarados a título de antecipação de dividendos e/ou juros sobre capital próprio

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não se aplica

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já

declarados

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2017	2016	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício (R\$ mil)	97	(9.859)	(10.235)	(4.824)
Dividendos/JCP Distribuídos	-	-	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal
Não houve destinação para Reserva Legal
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal
Não se aplica

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Dos lucros líquidos apurados no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de cada ano, será deduzido 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos às ações preferenciais e ordinárias, observado o

disposto nos Artigos 201 a 205 da Lei 6.404/76. São imputados ao dividendo mínimo obrigatório os efetivos pagamentos de juros sobre o capital próprio efetuados de acordo com a Lei nº 9.249/95.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não, pois o lucro líquido do exercício foi integralmente absorvido por prejuízos acumulados de exercícios anteriores

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve valor retido

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não houve valor retido

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve constituição de reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve constituição de reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não houve constituição de reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b. Identificar o montante destinado à reserva

c. Descrever como o montante foi calculado

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não há previsão de retenção de lucros no orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não houve destinação para reserva de incentivos fiscais

b. Explicar a natureza da destinação